

O ESTADO DO PARÁ

No interior

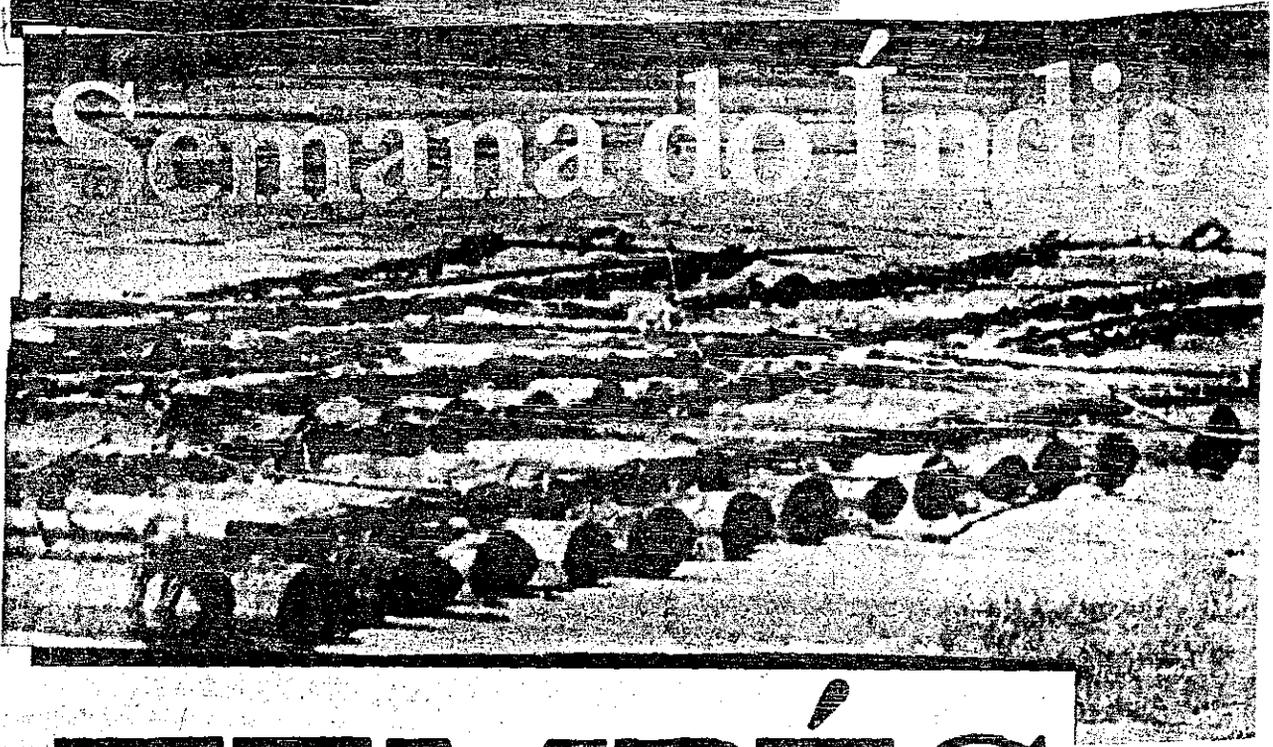
15/04/78

Estado do Pará

FA N.º 29

N.º 37

Semana de Índios



Asjangadas que transportam as toras de madeira de lei

TEMBÉS

AMEAÇADOS

POR

EXPLORADORES

DORES



A área pertencente aos índios

Hoje, data em que a Funai abre com pompa a programação da Semana do Índio, a tribo dos Tembés (cerca de 200 Silvícolas) estabelecida na área que vai do rio Guamá (Ourém e Irituia) até o rio Gurupi (divisa do Pará-Maranhão), está sofrendo as consequências da invasão de estranhos cujo único objetivo é o de devastar, com fins lucrativos, o potencial madeireiro existente.

Asfixiado pela total falta de condições, o tenente PM, Pedro de Oliveira e Silva, delegado de Ourém, a partir de uma denúncia que recebeu na última terça-feira, empreende esforços com a finalidade precípua de colher dados sufi-

cientes para a elaboração de um relatório que enviará a Funai-Fundação Nacional do Índio almejando uma solução para o caso, que segundo ele, é da maior gravidade.

De posse de diversas denúncias contra exploradores de madeiras que estão causando sérios danos à reserva florestal pertencente a Funai, Pedro de Oliveira e Silva, exaspera-se com o elenco de dificuldades que enfrenta; luta, porém, contra o tempo inclusive, para prender possíveis escravizadores de colonos pagos por uma quantia irrisória para desmatar a área e fornecer toros de madeiras para as serrarias ilegalmente instaladas na área.

15/04/76

Estado do Pará

Da denúncia à invasão

Reclamando contra os proprietários (Antônio Lúcio Bittencourt Moraes e João Fontes) de uma serraria clandestina instalada às margens do rio Guamá próximo da Vila do Garrafão, deu entrada na delegacia de Ourém na última terça-feira, o cidadão, Luís Cruz de Souza, o "Luisão". Ele, sem delongas, denunciou ao delegado Pedro Silva, que juntamente, com um expressivo de colonos, estava sendo explorado pela serraria, cujos proprietários tinham-lhe contratado para fornecer madeira. "O trabalho estou fazendo, agora, não vejo a cor de dinheiro", declarou.

A denúncia do colono era o limiar de um caso segundo o tenente PM, "de segurança nacional". Com este pensamento o

policial resolveu intimar o imediato com parecimento dos acusados, e tinha um motivo justificável sob todos os ângulos: dezenas de família, em decorrência da atitude dos proprietários da serraria, estavam passando fome.

Assumindo ares de prepotência, de acordo com que foi apurado, Antônio Lúcio Bittencourt Moraes e João Fontes, conhecido por "João Gatinho", perante o delegado de Ourém foram categóricos em refutar "Luisão" com uma grave denúncia: a de que ele não tinha respaldo legal para reclamar, uma vez que "contribuia fundamentalmente para a dizimação sumária das terras" pertencentes a tribo dos índios Tembés.

Discussão gera sindicância

Atento para todos os detalhes das acusações mútuas, o delegado Pedro Silva resolveu induzir os proprietários da serraria a contar minuciosamente como tinham chegado ao local. Ficou sabendo então que Antônio Lúcio Moraes e "João Gatinho", além de outra pessoa não identificada, fundaram sem preencher as exigências legais, uma serraria contratando para a exploração de madeiras de lei, colonos residentes às proximidades da vila do Garrafão.

"Luisão" ao reclamar do que lhe estava acontecendo não poderia imaginar que iria mexer num "ninho de cobra". Se não teve a necessária perspicácia para isto, o policial colheu no ar esta possibilidade. E foi a sua insistência que lhe levou

ao outro ângulo da questão: depois de instalada a serraria e contratado, a preços miseráveis, os colonos, "João Gatinho" e seus companheiros, firmaram contrato com João Pereira dos Santos, conhecido por "José Capixaba", dono da firma Desmatadora Minas Gerais, para fornecer mensalmente um mínimo de 300 metros cúbicos de madeira de lei.

O negócio, como próprio confessou "João Gatinho", sob todos os aspectos sugeria uma perspectiva auspiciosa. Assim, juntamente com os companheiros, não hesitou em contratar 60 colonos, além de adquirir modernos equipamentos (motoserras, entre outros) para dar início a "condenável tarefa: explorar sem licença a reserva florestal que tinha à sua frente.

Sabendo que tinha em mãos uma bomba, Pedro Silva decidiu instigar a explosão: estabeleceu uma sindicância e intimou o comparecimento do proprietário da Desmatadora Minas Gerais, José Pereira dos Santos. Este, ao depor, apresentou um documento apreendido por conter visíveis falhas. O policial, não satisfeito, tomou os depoimentos dos trabalhadores da serraria e deparou com a dura verdade: a área indígena estava sendo devastada em prol de exploradores inescrupulosos.

Obstáculos das mais variadas ordens desestimulavam uma investigação mais criteriosa. Pedro Silva, mesmo com a deficiência que lhe é imposta, por um sentimento que ele define "como cumprimento do dever", foi a Capitão Poço e daí, por valas cheias de lama, chegou a Vila do Garrafão, onde prendeu a prova incontestável: uma jangada carregada com uma quantidade superior a 40 metros cúbicos de madeira.

Desta jangada a uma infinidade delas foi o passo mais fácil de toda a empreitada. O delegado de Ourém, pôde, desse jeito, comprovar o que ele já presumia: diversas embarcações abarrotadas de madeira de lei (freijó, pau-d'arco, piquiá e Cedro), e brancas (Morototó e faveira).

Pedro Silva conversou com vários moradores da localidade e colheu motivos suficientes para ficar estupefocado: descobriu que um grande número de serrarias ilegais está instalado na área pertencente a Funai explorando, sem o imprescindível reflorestamento, o potencial madeireiro prejudicando, por extensão a vida dos remanescentes dos Tembés.

Pelo menos a fauna

Os Tembés hoje enfrentam um célebre estágio de extinção. Tribo espalhada por 3.000 quilômetros quadrados área compreendida entre o rio Guamá (Ourém e Irituia) até o rio Gurupi (divisão do Pará-Maranhão) — os silvícolas, ao longo dos anos, foram derrotados pelas circunstâncias geradas quase sempre pela indesejável presença dos chamados "civilizados".

As circunstâncias adversas já foram tantas, que hoje, decerto, os Tembés, ou melhor, o que resta deles, não tem condições de esbravejar contra os exploradores da natureza. Sabem que na região Gurupi encontram-se os Urubus; sabem também, que em clareiras abertas no coração da mata, verdadeiramente embrenhados, estão os devastadores, seus algozes.

Do banhar-se nos igarapés Coaracy Paraná, Pitonba e Tauari Grande, os Tembés, pelas conclusões que se extraem das denúncias colhidas pelo delegado Pedro Silva, devem, no máximo, guardar uma remota lembrança; e quem sabe deste sentimento não preservam um ódio mortal por aqueles, que além de dizimarem as florestas, lhe tiraram a perspectiva de vida.

Estão oprimidos no seu "habitat"; cogidos a assistir as árvores tombarem no mato; descrentes das providências; pendentes em seus sentimentos; ansiosos, enfim, de um dia serem lembrados, embora hoje, segundo o amplamente divulgado, seja o início da Semana do Índio.

Atrás do rio, das matas, a explosão dos silvícolas

Esperando uma solução dos órgãos competentes

O prefeito de Ourém Haroldo Alencar de Souza, foi ouvido sobre o desmatamento das madeiras de lei, existentes nas terras dos Índios Tembés, tribo que durante muitos anos habitou as margens do Alto Rio Guamá, nos municípios de Ourém e Irituia e que hoje encontra-se em fase de extinção. Dezenas de remanescentes contudo ainda continuam na área recebendo toda assistência da Funai. Eles estão sendo prejudicados pelas constantes invasões de inescrupulosos que não respeitam as reservas florestais.

Entrevista do prefeito:

O prefeito Haroldo Alencar de Souza, disse que o problema das terras do Tembés, vem se agravando a cada dia. Ultimamente tomou conhecimento que José Salu e José Ceará, dois desconhecidos vêm demarcando terrenos na área da Funai, com o objetivo de transacionar com colonos que estão interessados a desenvolverem lavouras nas terras. Acrescenta o prefeito que as citadas terras vêm sendo invadidas ao ponto de no momento cerca de duas mil pessoas aproximadamente já estarem localizadas na área. Segundo informações que têm recebido, a devastação é feita por compra de dezenas de roçados para milho, mandioca existentes às proximidades **Trinta e três anos**

O prefeito Haroldo, esclareceu que desde o dia vinte e um de março de 1945, através de decreto do interventor do Pará, foi delimitado para os índios a área de 3.000 quilômetros quadrados, localizadas nos municípios de Ourém e Irituia, tendo como limite de frente o rio Guamá e fundos o Rio Gurupi, na divisa do Pará com o Maranhão.

As terras de reserva indígenas, limitam-se ao Norte, com o igarapé Coaracy Paraná, partindo da nascente do igarapé Pitombo, afluente do rio Guamá. No rio Gurupi, a demarcação é feita a partir do rio Araçateua até a nascente do igarapé Tauari Grande, desde o rio Guamá. A Oeste, pelo igarapé Tauari Grande até a foz do igarapé Pitombo.

Em Brasília

Haroldo de Souza tomou conhecimento que o falecido governador Fernando Guilhon encaminhou este problema para o Governo Federal. "Como prefeito aguardo apenas uma ação das autoridades competentes", disse.

Estado do Pará

E a fauna? É um resto que deve ser preservado, mesmo que hoje não inicie nenhuma semana de preservação.